

CO de 21/5 teve novos debates sobre impactos da pandemia na Universidade. Recursos contra sanções a servidores foram polêmicos

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do **Chapão Sintunesp/Associações**, este boletim traz um apanhado sobre as discussões e encaminhamentos feitos na reunião virtual do Conselho Universitário (CO), em 21/5/2020. O reitor Sandro Valentini explicou que a reunião deveria ter ocorrido em abril, de acordo com o calendário, mas acabou sendo adiada por conta da suspensão das atividades presenciais. A pauta manteve-se a mesma prevista para abril.

A reunião foi a última antes da posse dos novos conselheiros, marcada para a próxima sessão do CO, no final de junho. O reitor lembrou que caberá aos novos membros do CO, junto com os empossados no CADE e no CEPE, compor o Colégio Eleitoral, que definirá as regras para a sucessão reitoral neste ano. Caso a quarentena seja flexibilizada, a reunião deste Colégio deverá ocorrer no dia seguinte ao CO. Caso mantenha-se o isolamento social, outra data será informada.

A pandemia e as condições de trabalho e estudo

O primeiro ponto abordado foi a pandemia e suas implicações para a Universidade. Assim como havia feito na reunião do CADE, em 13/5, a médica Ludmila Cândida de Braga, responsável pela Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador (CSST) e presidente do Comitê Unesp Covid-19, deu vários informes. O Comitê vem atuando desde fevereiro.

Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp voltaram a criticar o fato de que as entidades sindicais não foram convidadas a fazer parte do Comitê. A médica não se manifestou a respeito. (*Nota da redação: na reunião do CADE, diante do mesmo questionamento, ela havia frisado que a decisão sobre quem participa do Comitê cabe ao gabinete da Reitoria*).

Os representantes fizeram perguntas sobre a liberação

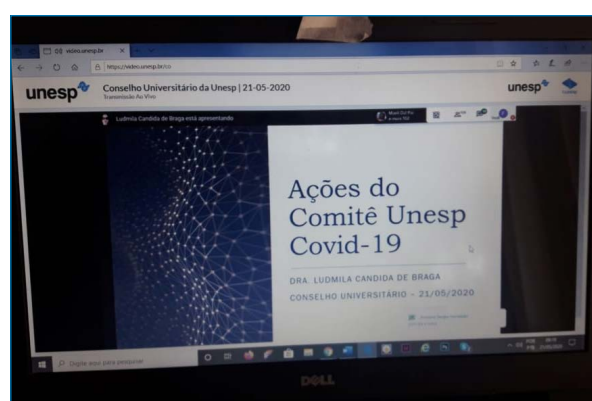
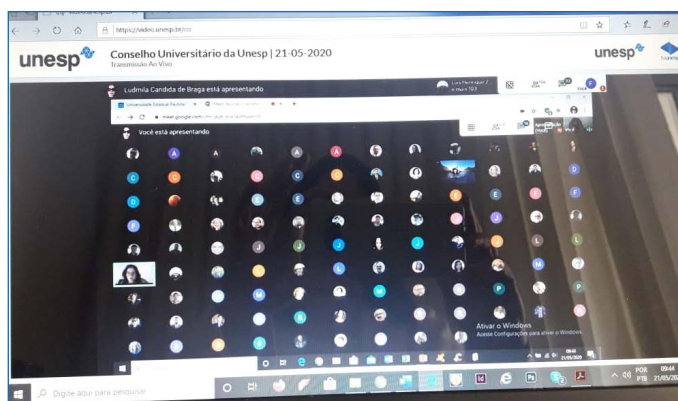
de servidores que prestam serviços não essenciais, relatando que há unidades em que eles estão trabalhando. Citando o exemplo do campus de São José dos Campos, eles relataram que em alguns locais a lista de atividades essenciais não foi fornecida ao representante sindical, embora tenha sido diversas vezes solicitada, o que não corresponde a uma política de comunicação transparente, como a pretendida pelo Comitê.

Os conselheiros levantaram, também, a situação das empresas terceirizadas, citando casos em que sequer os trabalhadores do grupo de risco foram liberados. A Dra. Ludmila reforçou que as unidades estão sendo devidamente orientadas sobre o funcionamento dos serviços essenciais; caso haja irregularidades, é preciso informar ao Comitê local ou diretamente ao Central, pelo e-mail covid19@unesp.br. Sobre o pessoal terceirizado, ela disse que a orientação é para que as empresas adotem os mesmos procedimentos da Universidade. Também neste caso, irregularidades devem ser relatadas ao Comitê. A respeito da divulgação das listas de serviços essenciais nas unidades, relatou que todos os comitês locais já as enviaram ao comitê central e que não há empecilho algum para divulguem localmente.

Frente à pergunta se já há casos fatais de Covid-19 na Unesp, a médica disse que o Comitê não recebeu nenhum informe sobre isso, mas apenas de ocorrências da doença. Caso aconteça, a informação será divulgada.

Os membros do Chapão reproduziram os questionamentos enviados por muitos servidores, que se preocupam como será a volta às atividades presenciais e se a Universidade fornecerá os equipamentos de proteção necessários. A presidente do Comitê ponderou que a situação excepcional deve se prolongar por um bom tempo, e lançou preocupações sobre como a Universidade vai se programar para enfrentar os problemas. Citou como exemplo a necessidade de equipamentos

A reunião do CO foi viabilizada pelo aplicativo Google Meet



de proteção individuais (EPIs), treinamentos de servidores e docentes. Ludmilla enfatizou que o Comitê está pensando sobre tudo isso, não só sobre a organização geral, mas também sobre os recursos que serão necessários para a segurança de todos. Neste momento, o reitor Sandro informou que, em contato com o secretário estadual da Educação, propôs a ele que as universidades também possam contar com os recursos previstos para EPIs no âmbito do estado.

Em relação ao uso atual dos EPIs pelos que estão trabalhando, a médica disse que a reitoria encaminhou um lote de máscaras e as unidades têm autonomia, quando necessário, para fazer compra; no entanto, como o instrumento está escasso no mercado, a recomendação é o uso da máscara de tecido para a população em geral.

Representantes de servidores e de docentes questionaram sobre a pressão para que as aulas ocorram remotamente, citando as dificuldades de professores e de estudantes, muitos com equipamentos inadequados e acesso precário à Internet. Neste contexto, destacaram os problemas psicológicos que podem surgir. Especificamente quanto à saúde mental, Ludmila disse que a Unesp saiu na frente com o projeto de Teleacolhimento, coordenado pelas áreas de Psicologia de Bauru e Assis, contando com o trabalho de mais de 60 profissionais e estudantes treinados. Ela pediu que a comunidade “use e abuse” do projeto. Finalizando, informou que o Comitê Unesp Covid-19 está se dedicando a estudar os protocolos que serão utilizados quando chegar o momento de volta às atividades presenciais.

Posteriormente, em seu informe, a pró-reitora de Graduação, professora Gladis Massini-Cagliari, informou a intenção da reitoria de comprar *chips* para fornecer aos estudantes com dificuldades de acesso. Segundo ela, a reitoria está aguardando que os Conselhos de Curso enviem as demandas.

Situação econômica

Assim como havia feito na reunião do CADE, em 13/5, o professor José Roberto Ruggiero, Assessor-chefe de Planejamento e Orçamento, apresentou o cenário econômico atual. Ele opinou que a pandemia é situação histórica ímpar e traz consequências para a Universidade, assim como para o conjunto da sociedade. Como exemplo, citou a queda da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de recursos das universidades estaduais paulistas, o que começou a ser sentido já em abril. A previsão da reitoria é de queda de cerca de R\$ 295 milhões no orçamento da Unesp em 2020. Diante disso, ele expôs as medidas de cortes orçamentários já adotadas, por meio da Portaria Unesp 130/2020, de 30/4/2020, e Ofício Circular Propeg 5/2020, que correspondem a uma economia de R\$ 55 milhões. Também foram adotadas outras medidas para garantir o fluxo de caixa, num total de R\$ 95 milhões, relacionadas a reduções de despesas com custeio, suspensões temporárias de recolhimentos (FGTS, INSS e Pasep), de itens da folha (abono pecuniário, terço de férias, antecipação de 50% de 13º salário e pagamento antecipado de férias) e de concursos. Desta economia de R\$ 95 milhões, cerca de R\$ 40 milhões deverão ser pagos ainda durante 2020, pois se relacionam a suspensões temporárias.

Questionado pelos conselheiros, o professor Ruggiero

disse que a prioridade é a manutenção do pagamento dos salários e do 13º e que, se necessário, é possível compensar a queda da arrecadação utilizando as reservas, o que seria suficiente para seis ou sete meses.

O reitor Sandro Valentini relatou os contatos feitos pelos reitores com o vice-governador, Rodrigo Garcia, e com a secretária da Desenvolvimento, Patrícia Ellen, quando reforçaram a necessidade de repassar às universidades uma parte do socorro que a União deve dar aos estados e municípios (ainda aguardando a sanção do presidente da República). No entanto, ainda que isso aconteça, Valentini não acredita que o repasse seria proporcional à perda que a Universidade deve ter este ano. Assim, considera necessário rever o orçamento aprovado no final de 2019, o que deve ser discutido no âmbito do CADE e da Comissão de Orçamento e trazido na próxima reunião do CO.

Proposta de CO extraordinário/ Assembleia Universitária

Vários conselheiros docentes levantaram preocupações sobre o ensino remoto durante a pandemia. Ainda que seja emergencial, há a preocupação de que se mantenha após a pandemia e prejudique ainda mais o trabalho docente, as contratações etc. Foi lembrado ao reitor que o equilíbrio financeiro existente antes do início da pandemia havia sido fruto, principalmente, do arrocho salarial e do congelamento das contratações. Eles propuseram que seja realizado um CO extraordinário ou uma Assembleia Universitária para discutir a situação da Universidade na pandemia e como será a volta às atividades presenciais quando ela terminar. O reitor não se manifestou sobre essa proposta.

Nota do CO sobre Fundação Palmares

A proposta do conselheiro Marcelo Totti, docente de Marília, de que o CO divulgasse uma nota relativa à Fundação Palmares, foi aprovada por ampla maioria. A nota faz uma crítica aos comentários feitos por um professor do campus de Marília, empossado para chefiar o Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro na Fundação. A nota tem o seguinte teor:

“A Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ vem a público manifestar-se sobre as declarações do novo diretor da Fundação Palmares, integrante dessa comunidade universitária, que defendeu o uso de medicamentos sem a devida comprovação científica de sua eficácia. A Universidade é um espaço da pluralidade de ideias e do contraditório, mas suas ações pautam-se pela ciência e pelos seus devidos protocolos científicos. Cabe ressaltar, também, que desde 2014 a Unesp tem adotado políticas inclusivas de ações afirmativas, onde os ingressantes pelo sistema de reserva de vagas apresentam desempenho equivalente aos outros alunos. Portanto, também não corrobora com as suas declarações referentes às questões de reprodução do racismo na sociedade brasileira.”

Lei de Inovação Tecnológica

O item 4 da reunião versava sobre a proposta de resolução que visa regulamentar a Lei de Inovação Tecnológica no âmbito da Unesp. Membros da AJ da Unesp informaram as



adaptações feitas no texto, com base em sugestões feitas em reuniões passadas. O conselheiro Marcelo Carbone Carneiro, diretor da FAAC/Bauru, pediu vistas para estudar o documento, o que foi acatado pela maioria (51 votos a favor, 28 contrários e 1 abstenção). Ele terá 15 dias para apresentar seu parecer.

Fundo Patrimonial

O item 6 da pauta (minuta de resolução que dispõe sobre as condições mínimas para a anuência da criação de organização gestora de Fundo Patrimonial) rendeu muitas intervenções de conselheiros. O Fundo já teve sua criação aprovada anteriormente e a discussão agora visa a regulamentação da organização gestora.

Houve vários questionamentos sobre a garantia da autonomia da Universidade no uso dos recursos que venham a ser doados por meio do Fundo e também sobre o papel do órgão gestor. De acordo com as regras gerais sobre o assunto, o órgão pode remunerar até sete membros, o que gerou críticas de vários conselheiros.

Após extenso debate, membros da AJ presentes reafirmaram que a autonomia será preservada e que a reitoria deverá agir sempre de acordo com parâmetros estabelecidos pelo CO. Sobre a remuneração dos membros do órgão gestor, embora não decidido formalmente, ficou a indicação de que não ocorra.

Conselheiros vinculados ao Chapão questionaram o fato de não estar prevista a participação de representantes de servidores técnico-administrativos no órgão gestor, tanto em seu comitê técnico quanto em seu conselho administrativo. A proposta foi à votação e a ampla maioria decidiu que os servidores estarão representados em ambas as instâncias. No caso do conselho administrativo, o representante dos servidores será indicado pelo CO.

Recursos funcionais

Na pauta do CO em 21/5 havia dois recursos relacionados a contratos de trabalho em apreciação: um relativo a uma servidora técnica-administrativa e outro a uma docente.

No caso da servidora, a comissão processante concluiu por sua demissão. Os representantes do Chapão colocaram em

debate as causas que culminaram com as faltas ao trabalho citadas no processo, uma vez que a servidora teve constatado o diagnóstico de depressão. Pela primeira vez na história do CO, a pedido de membros do Chapão, o plenário votou a favor da participação de uma advogada de defesa, no caso uma representante da AJ do Sintunesp. Toda a argumentação da advogada e dos conselheiros, de que as faltas foram decorrentes da patologia, não foi suficiente para reverter a demissão. Vale ressaltar que a advogada de defesa teve apenas 5 minutos para falar e, em seguida, foi convidada a deixar a reunião. Já a acusação contou com seguidas falas, tanto de membros da comissão processante quanto da AJ da Universidade, que chegaram a citar fatos que sequer constavam nos autos.

No caso da docente, que teve seu regime de trabalho reduzido do tempo integral (RDIDP) para o parcial (RTC), após 27 anos de serviços prestados, houve depoimentos de chefes e do diretor de unidade em seu favor, questionando a decisão da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Ao contrário do alegado pela CPA, eles mostraram que a docente é dedicada nos três pilares de sua atividade: docência, pesquisa e extensão. A punição foi revertida.

Recurso sobre eleição

Também estava na pauta do CO em 21/5 a análise de um recurso contra a cassação de uma candidatura docente ao CADE, durante o processo eleitoral recém-finalizado. No caso, o professor Álvaro Dutra, candidato do Chapão da Adunesp na subárea de 'Ciências Exatas e da Terra', teve a candidatura indeferida pela Secretaria Geral, sob a alegação de que havia sido eleito vice-diretor da unidade (Guará), o que seria incompatível com a inscrição.

Vários conselheiros, inclusive membros do Chapão Sintunesp/Associações, defenderam a aceitação do recurso, evidenciando que não consta em qualquer regra o impedimento à inscrição pelo fato de ser vice-diretor. Além disso, na mesma eleição houve a aceitação de uma vice-diretora como candidata em outro colegiado central.

O secretário geral da Unesp, Arnaldo Cortina, manteve suas alegações pelo indeferimento. A votação do item teve uma maioria contrária à aceitação do recurso do docente.